



132
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331298-9

APELANTE: Município de Petrolina

APELADO: Edgar Paulo Damasceno

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA SEM VENCIMENTOS. ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO. 1. O apelado, servidor do Município de Petrolina desde o ano de 2007 (médico plantonista do SAMU), pleiteia a concessão de licença sem vencimentos para trato de interesse particular, com o fito de cursar residência médica em Cardiologia, tendo em vista sua aprovação em seleção realizada pela Universidade de Pernambuco – UPE/PROCAPE. 2. A licença sem vencimentos encontra-se disciplinada no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Petrolina, Lei nº 301/1991, que em se art. 111 dispõe, *verbis*: *O funcionário estável poderá obter licença sem vencimento, a critério da administração para trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos. Parágrafo Único – O interessado aguardará, em exercício a concessão da licença.* 3. O dispositivo legal é claro ao estabelecer que a licença em foco é ato discricionário, sendo, portanto, seu gozo condicionado ao juízo de conveniência e oportunidade do serviço. Precedente do TRF da 1ª Região. 4. Todavia, observou-se que o requerimento administrativo formulado pelo apelado restou deferido posteriormente ao ajuizamento do presente feito, levando à perda de objeto do *mandamus*, tendo em vista a perda superveniente de interesse processual.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0331298-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em modificar a sentença recorrida para reconhecer a perda de objeto do *mandamus*, tendo em vista a perda superveniente de interesse processual do impetrante/apelado, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331298-9
 APELANTE: Município de Petrolina
 APELADO: Edgar Paulo Damasceno
 RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Reexame Necessário e Apelação Cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina, que, confirmando a liminar anteriormente deferida (fls. 55/56), concedeu a segurança pleiteada nos autos do *mandamus* nº 0007711-62.2013.8.17.1130, assegurando ao ora apelado o gozo de licença sem vencimentos pelo período necessário à conclusão de sua residência médica em Cardiologia. (fls. 93/95).

O Município de Petrolina formulou as seguintes **razões** de apelo (fls. 98/102): (i) a sentença deve ser reformada para reconhecer a perda de objeto da ação, posto que deferiu administrativamente a licença sem vencimentos do apelado em 01/07/2013, antes de ser notificado do presente feito (notificação ocorrida em 05/07/2013); (ii) houve perda superveniente de interesse; (iii) a sentença recorrida não fixou prazo para o encerramento da licença sem vencimentos, o que pode vir a prejudicar a continuidade dos serviços públicos.

O apelado ofereceu as **contra-razões** de fls. 107/110, sustentando: (i) ausência de procuração passada ao subscritor da apelação; (ii) o deferimento administrativo da licença em foco ocorreu posteriormente à intimação acerca da liminar; (iii) a Comunicação Interna nº 671/2013 não consigna a duração da licença, tendo sido informado que tal licença teria sido concedida pelo período de apenas 1 ano; (iv) inexistente perda de objeto da ação ante a insegurança que tal decisão traria, posto que o período inicial de sua residência médica é de 02 anos, todavia, pode ocorrer necessidade de prorrogação *e até uma complementação dos estudos por mais outro período*.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo improvimento do reexame necessário, prejudicado o voluntário (fls. 123/125).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

~~Recife, 28 de abril de 2014.~~

Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

133
E

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0331298-9
APELANTE: Município de Petrolina e Outro
APELADO: Edgar Paulo Damasceno
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Registro, inicialmente, que o apelo encontra-se firmado pelo Subprocurador Geral do Município, inexistindo vício de representação (fls. 102).

Conforme antedito no relatório, o apelado, servidor do Município desde o ano de 2007 (médico plantonista do SAMU), pleiteia a concessão de licença sem vencimentos para trato de interesse particular, com o fito de cursar residência médica em Cardiologia, tendo em vista sua aprovação em seleção realizada pela Universidade de Pernambuco – UPE/PROCAPE.

Argumenta que dito curso tem duração inicial de dois anos, sendo realizado no Recife, o que impossibilita sua permanência no Município apelante, aduzindo que o curso em foco promoverá sua qualificação, o que reverterá em benefício da população do município, pelo que seu pleito tem arrimo no princípio constitucional da eficiência.

Sustenta que seu requerimento administrativo restou indeferido e que o art. 159 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais embasa seu pedido, noticiando ainda que iniciou o curso em apreço em virtude do gozo de três meses de licença-prêmio.

Pois bem.

Analisando os autos, verifico que a licença sem vencimentos encontra-se disciplinada no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Petrolina, Lei nº 301/1991, nos seguintes termos:

Art. 111 – O funcionário estável poderá obter licença sem vencimento, a critério da administração para trato de interesses particulares, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos.

Parágrafo Único – O interessado aguardará, em exercício a concessão da licença.

Ou seja, o dispositivo legal é claro ao estabelecer que a licença em foco é ato discricionário da administração, sendo, portanto, seu gozo condicionado ao juízo de conveniência e oportunidade do serviço.

Colaciono, no ponto, o seguinte aresto do TRF da 1ª Região:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR. ART. 91 DA LEI N. 8.112/90. ÓBICE. ÂMBITO DO PODER DISCRICIONARIO DA ADMINISTRAÇÃO. 1. Consoante norma esculpida no artigo 91 da Lei nº 8.112/90, a licença para tratar de interesses particulares é deferida a critério da Administração, não cabendo ao Poder Judiciário adentrar no juízo de oportunidade e conveniência da agravada em observância ao princípio da separação dos poderes. 2. O deferimento de licença aos servidores públicos tem um limite legal intransponível por razões de ordem pública, mesmo que o licenciamento seja com prejuízo dos vencimentos, vez que a sua simples concessão é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

134
e

um ônus a mais para o erário. 3. A discricionariedade administrativa no ato de concessão da licença deve ser rigorosa quanto ao interesse do Estado em detrimento de interesses particulares, pois todos os servidores públicos têm ciência dos óbices a sua vida social e particulares quando optam pela carreira. 4. Agravo de instrumento não provido. (AG 200901000551050, JUÍZA FEDERAL MONICA SIFUENTES (CONV.), TRF1 - SEGUNDA TURMA, e-DJF1 DATA:05/02/2010 PAGINA:82.) Destaquei.

Todavia, analisando os autos, verifico que o apelado formulou o requerimento administrativo da licença sem vencimentos nos seguintes termos (fls. 11):

Solicita de V.Sa que se digne 02 anos de LICENÇA SEM VENCIMENTO (Para Residência em Recife-PE), a partir de 01 de junho/2013. Médico, SAMU-Plantonista/Coordenador. SEC. SAÚDE.

Na sequência, observo que a Comunicação Interna nº 671/2013, expedida pela Secretária de Saúde do Município de Petrolina informa (fls. 79):

Informamos que a licença sem vencimento do profissional médico Edgar Paulo Damasceno foi autorizada para gozo a partir de 01 de julho do corrente ano.

Ressalto, por fim, que o pedido formulado da exordial do *mandamus* consigna (fls. 07):

V. A confirmação da liminar, com a concessão da segurança, determinando o afastamento do Impetrante para o curso de formação em cardiologia, sem remuneração, pelo período inicial de dois anos, em especial atenção ao interesse público;

No presente contexto processual, em que a administração pública concedeu administrativamente a licença em foco, posteriormente ao ajuizamento do presente feito, impende modificar a sentença recorrida para reconhecer a perda de objeto do *mandamus*, tendo em vista a perda superveniente de interesse processual do impetrante.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator